

A Faculdade de Psicologia no Colégio da Sapiência

«Ao fim de nove longos anos de espera, ficaram, finalmente, prontas as instalações próprias e definitivas que são este magnífico edifício, para onde a faculdade se transferiu em fins de Outubro de 1985. A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra tem, também, finalmente, um edifício condigno, onde se pode fazer docência e investigação e onde se podem prestar serviços à comunidade».

Esta, uma passagem de comunicação do Prof. Dr. Joaquim Ferreira Gomes, presidente do Conselho Directivo daquela Faculdade, orlem proferida na sala da biblioteca, assinalando, solenemente, a inauguração de tão importante espaço físico ao serviço de mais jovens escola superior da Universidade de Coimbra, depois de 20 de Janeiro de 1877, ter sido criado o Curso Superior da Psicologia, que funcionou na Faculdade de Letras, passando em 5 de Novembro de 1980 à Faculdade que agora é.

A cerimónia foi presidida pelo secretário de Estado do Ensino Superior, ladeado pelo reitor e pelo orador, o director-geral dos Monumentos Nacionais, e o aluno Luís Miguel Pereira de Moraes, do 3.º ano. Presentes, ainda, individualidades judiciais, civis, militares, académicas, universitárias, académicas e outras ligadas ao ensino, bem como numerosos alunos.

Fazendo uma resenha pré-histórica do processo decorrente de toda a faculdade, a contar este ano um decénio, incluindo o período do curso superior, e assinalando as dificuldades vencidas e também momentos de satisfação até ao presente, dividiu a sua intervenção em «evocação», de «júbilo», de «agradecimento» e de «revindicação». As suas palavras de «júbilo» foram pelo facto de este sumptuoso edifício do Colégio da Sapiência ou Colégio Novo, construído na última década do século XVI e no primeiro lustro do século XVII, voltar a ser reintegrado, após vicissitudes várias, na veia «alma mater».

Curso de mestrado «à pressão»

«Chama-se esta Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação — diria o director do Conselho Científico, ao desenvolver o campo «revindicativo» a que se propõe — designação de que esta Faculdade deveria assegurar um licenciatura em Psicologia e uma licenciatura em Ciências da Educação. De momento, está a assegurar apenas a licenciatura em Psicologia. Devo dizer, no entanto, em nome da verdade histórica que, se neste momento, a nossa Faculdade ainda não assegura a licenciatura em Ciências da Educação, isso deve-se não apenas à falta de pessoal docente e à falta de espaço em que vivemos até há pouco, mas deve-se, também, de certo modo, ao desinteresse do Ministério da Educação».

Citando os vários ofícios e intervenções decorridas para se obter, também, a licenciatura em Ciências da Educação, diria que em determinada altura: «A Comissão Instaladora considera não ser oportuno apresentar neste momento qualquer proposta para a criação do mestrado em Ciências da Educação, pois, com efeito,

nao seria sensato propor a criação de um mestrado quando ainda não está criada a respectiva licenciatura».

A este propósito, acrescentaria com muita oportunidade, que, «entretanto, algumas universidades novas, com o apoio do Ministério da Educação, com a duração de 2 anos, criaram mestrados em Educação ou em Ciências da Educação. A partir de então, esboçou o nosso interesse pela criação da licenciatura em Ciências da Educação. Nós que

ríamos uma licenciatura exigente: 3 anos de estudo para quem já fosse licenciado em outro domínio. As universidades novas «dão» mestrados em 2 anos a esses mesmos licenciados...».

A esperança dos alunos...

O problema do pequeno número de assistentes e dos trabalhadores administrativos foi também claramente apresentado pelo orador, terminando por entregar ao Dr. Rui Alarcão um ofício onde se esperam as situações mais instáveis daquela ainda nova faculdade, e que ele, reitor, prometeu interessar-se junto do membro do Governo presente para a sua satisfação, o qual, por sua vez, referiu problemas da situação económica do País.

A intervenção do aluno da escola, Luís Miguel Pereira de Moraes, foi de esperança no futuro, sabendo também distinguir e com pertinência «o nosso projecto enquanto estudantes», e que «o edifício é para nós um ponto de chegada», numa alusão aos cursos, salientando lacunas. Dita aquele jovem: «Lutamos e pugnamos por uma nova escola que constitua e contribua para a afirmação da psicologia enquanto tal. Sabemos, no entanto, que é de toda uma realidade que vivenciamos no quotidiano que deve emergir uma revolução de mentalidades, de valores, de necessidades sócio-culturais, no fundo o assumir de toda uma efectividade que só podemos esperar a médio/longo prazo. Compreendemo-lo, tanto mais que também estudamos Psicossociologia. Mas porque também vivemos aqui e agora enquanto integrantes do espaço que nos rodeia, exigimos participar com a especificidade que nos distingue».

E a encerrar a sua intervenção, referiria: «Para nós o futuro já começou e, tal como o poeta, «Com licença, quero passar/tenho pressa de viver/com licença, com licença/é vida e a água a correr/venho do fundo do tempo;/não tenho tempo a perder».

A.F.

Abertura adiada do novo hospital

Um conflito existente entre as direcções do Gabinete do novo Hospital Central de Coimbra e do Hospital da Universidade, impede a entrada em funcionamento das novas instalações hospitalares — aprou a ANOP.

De acordo com fontes do estabelecimento de saúde o conflito surgiu a propósito do processo de transferência para o novo hospital, respectivamente instalação e funcionamento, e da legitimidade de cada um dos órgãos na sua condução.

Na perspectiva do Conselho de Gerência do Hospital da Universidade de Coimbra (HUC) o início da transferência de doentes, prevista para 14 de Abril próximo, «não

deve ser feita, enquanto não estiverem resolvidos alguns problemas institucionais».

A questão fundamental, para aquele órgão directivo do HUC, «é a de saber se estamos perante um novo hospital, ou se pelo contrário se trata das novas instalações do Hospital da Universidade».

Este ponto de vista, confirmado à ANOP por um elemento do Conselho de Gerência foi, tam-

bém, partilhado pela Assembleia Médica do Hospital da Universidade em reunião que decorreu segunda-feira.

Segundo a fonte contactada pela ANOP «o entendimento de que as novas instalações nada têm a ver com o Hospital Universitário afectará gravemente cerca de 3 000 funcionários, na sua maioria com vínculo à Função Pública e que, desta forma, perderão nomeadamente possibilidades de promoção».

«Se essa for a perspectiva a orientar a transferência para o novo hospital — sublinhou — vamos perder uma série de direitos e regalias, entre as quais a possibilidade de acesso à categoria imediatamente superior.»

Por seu lado, Jaime Nina, presidente do Gabinete do novo hospital, defende para este órgão o papel de Comissão Instaladora e justificou-o afirmando que «uma portaria alargou a sua constituição incluindo representantes do Conselho de Gerência do HUC».

«Em face deste autêntico problema institucional, eu não entendo a posição do Conselho de Gerência — disse Jaime Nina à ANOP, e acrescentou que «a transferência dos doentes foi impedida por este órgão do Hospital da Universidade, numa altura em que a lavandaria e o sector de alimentação estavam prontos a funcionar».

O presidente do gabinete do novo hospital frisou que «o empreendimento orçou em cerca de 13 milhões de contos», realçou a necessidade de abertura «urgente» da nova instituição, mas salientou que perante este impasse «não há qualquer razão para a entrada em funcionamento dos diversos sectores do novo hospital».

A Assembleia Médica do Hospital Universitário de Coimbra exprimiu igualmente a necessidade urgente da entrada em funcionamento do novo hospital, mas realçou a defesa da prévia definição do regime instalador.

A posição dos médicos perante este problema, de acordo com decisão unânime da assembleia,

só será tomada após o conhecimento público da posição governamental definida no Conselho de Ministros do passado dia 3 e que estabelece os moldes da instalação e entrada em funcionamento do novo hospital.

Foi ainda referido «o estado de degradação do novo hospital», tendo sido apontados exemplos de «inundações» e actos de vandalismo como «roubos e destruição de instalações».

O novo Hospital Central de Coimbra fica situado na zona de Ceias e é constituído por 14 pisos, quatro dos quais no subsolo e os serviços de Lavandaria e alimentação deveriam ter entrado em funcionamento a 2 e 4 de Abril respectivamente, operando-se a primeira transferência de doentes a 14 do mesmo mês.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Equipamento - Instalações
Fac. Psic. e Ciénc. da Educação